



MENSAGEM N.º 025 /2024

Manaus, 26 de março de 2024.

**Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas e Senhores Deputados,**

Nos termos da Constituição do Estado, faço encaminhar ao criterioso exame de Vossas Excelências e à superior deliberação desse Poder Legislativo o Projeto de Lei que “**INSTITUI a Política de Governo Digital do Estado do Amazonas, cria o Comitê de Governança e Transformação Digital, e dá outras providências**”.

O Projeto de Lei ora encaminhado à deliberação das Senhoras Deputadas e dos Senhores Deputados objetiva a instituição da Política de Governo Digital do Amazonas, com o objetivo de:

- desenvolver e disponibilizar sistemas e plataformas digitais que facilitem o acesso dos cidadãos aos serviços públicos e modernizar os processos internos governamentais por meio da automação e digitalização;
- ampliar a transparência das ações governamentais e estimular a participação cidadã por meio de consultas e interações *online*;
- garantir a segurança cibernética e a proteção dos dados pessoais dos cidadãos;
- promover a oferta de serviços públicos digitais de forma integrada e promover e estimular a elaboração de Plano de Contratação Anual de Tecnologia da Informação e Comunicação – PCA-TI;
- implementar mecanismos contínuos de avaliação e monitoramento da eficácia, eficiência e impacto das iniciativas de Governo

Excelentíssimo Senhor
Digníssimo Deputado **ROBERTO MAIA CIDADE FILHO**
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas



Digital;

- promover a melhoria, o aperfeiçoamento e a desburocratização dos processos de gestão pública, de forma a elevar a eficiência do Governo em prestar os serviços à sociedade, introduzindo soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas;

- disponibilizar o acesso às informações e à prestação direta dos serviços públicos em plataforma única padronizada e centralizada, com requerimentos adequados de controle de acesso e cibersegurança, promovendo a qualidade e a confiança do cidadão em relação ao Governo;

e

- promover o compartilhamento de recursos de tecnologia da informação e a integração de dados e informações entre os órgãos e entidades do Estado, de forma a assegurar a interoperabilidade, evitando, assim, a duplicidade de ações e o desperdício de recursos, gerando políticas públicas baseadas em dados, evidências e em serviços preditivos e personalizados.

A Propositura prevê, ainda, que a implementação e coordenação da Política de Governo Digital, cujo objeto seja otimização de gestão e oferta de serviços públicos, ficará a cargo da Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD, com o auxílio do Comitê de Governança e Transformação Digital - CGTD, instância técnica, consultiva e deliberativa, a quem competirá manifestar-se sobre as matérias relacionadas à governança pública digital, inovação, gestão de riscos, transparência, integridade, eficiência, efetividade e otimização digital; avaliar a maturidade da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e Governança Digital nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual; avaliar e deliberar sobre o uso dos sistemas e serviços estruturantes de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC; definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo; e participar da definição de prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para a Administração Pública



Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Amazonas.

Como sabido, nos últimos anos, a revolução tecnológica transformou substancialmente o funcionamento das instituições públicas ao redor do mundo, tornando as práticas de Governança Digital um pilar central para fomentar a inovação e a eficiência na prestação de serviços públicos, facilitando uma interação mais ágil e acessível entre governos e cidadãos.

O Estado do Amazonas enfrenta desafios únicos nesta seara, que vão desde a necessidade de ampliar a oferta de serviços digitais até a construção de sistemas que proporcionem agilidade e desburocratização dos serviços públicos.

Para isso, revela-se crucial a disponibilização da infraestrutura necessária para suportar as transações digitais e garantir a inclusão digital de todos os cidadãos, especialmente aqueles em áreas remotas ou com baixa conectividade.

Com o intuito de dar continuidade à Transformação Digital dos Serviços Públicos, iniciada pela Lei Estadual n.º 5.775, de 10 de janeiro de 2022, torna-se imperativo o engajamento integrado das diversas áreas da estrutura estatal, tendo a Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD um papel crucial nesse processo, visando à excelência na prestação de serviços e à otimização dos recursos públicos.

A Governança Digital é uma ferramenta estratégica para alcançar esses objetivos, permitindo serviços mais ágeis, acessíveis e eficientes, além de fomentar a participação cidadã e o acesso transparente à informação.

Para tanto, reconhecemos a necessidade de investir na análise de processos estruturantes e no desenvolvimento de *Business Applications* customizadas para atender às necessidades específicas, iniciativa alinhada ao compromisso de promover a integração dos órgãos estaduais e a disseminação de práticas exemplares de gestão pública.

Assim, a instituição e implementação da Governança Digital no Estado do Amazonas representa um passo decisivo rumo a uma



administração pública mais moderna, eficiente e focada no cidadão, além de contribuir para a sustentabilidade ambiental, ao reduzir o uso de papel, e otimizar recursos através de processos e procedimentos cada vez mais digitais.

Por fim, importante destacar que haverá mecanismos de avaliação contínua e devolutiva aos usuários, os quais serão utilizados para assegurar a melhoria constante dos serviços.

Com estas considerações e justificativas, e consciente do espírito público e da sensibilidade de Vossas Excelências em relação à presente matéria, solicito-lhes a especial atenção ao exame e aprovação do anexo Projeto de Lei, **em regime de urgência**, nos termos do art. 35 da Constituição Estadual.

Aproveito a oportunidade para renovar às Senhoras Deputadas e aos Senhores Deputados as expressões do meu elevado apreço e respeito.


WILSON MIRANDA LIMA
Governador do Estado



PROJETO DE LEI N.º

213/2024

INSTITUI a Política de Governo Digital do Estado do Amazonas, CRIA o Comitê de Governança e Transformação Digital, e dá outras providências.

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS**

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica instituída a Política de Governo Digital do Estado do Amazonas, com o objetivo de promover a transformação digital, a eficiência na prestação de serviços públicos, a transparência e a participação cidadã, observadas as diretrizes da Lei Estadual n.º 5.775, de 10 de janeiro de 2022.

Art. 2.º A Política de Governo Digital tem como princípios norteadores:

I – o acesso à informação, com vistas a garantir o acesso amplo e transparente às informações governamentais por meio de plataformas digitais;

II – a eficiência, a fim de promover a otimização dos processos governamentais por meio de tecnologias digitais;

III – a participação cidadã, de modo a envolver os cidadãos nas decisões e ações governamentais por meio de canais digitais;

IV – a inovação, com vistas a fomentar a utilização de tecnologias inovadoras para aprimorar os serviços públicos, principalmente de forma eletrônica/digital, otimizando fluxos e processos;

V – a segurança da informação, a fim de assegurar a proteção dos dados e informações dos cidadãos;

VI – a inclusão digital, de modo a garantir o acesso universal e igualitário aos serviços públicos digitais, promovendo ações que assegurem a acessibilidade digital a todos os cidadãos, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica, e em áreas remotas ou com baixa conectividade;

VII – a governança digital, mediante a utilização pelo setor público de recursos de tecnologia da informação e comunicação com o objetivo de melhorar a disponibilização de informação e a prestação de serviços públicos, incentivar a participação da sociedade no processo de tomada de decisão e aprimorar os níveis de responsabilidade, transparência e efetividade do governo; e

VIII – a interoperabilidade, característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar), de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz, eficiente e segura.



Art. 3.º São objetivos da Política de Governo Digital, dentre outros:

I - desenvolver e disponibilizar sistemas e plataformas digitais que facilitem o acesso dos cidadãos aos serviços públicos;

II - modernizar os processos internos governamentais por meio da automação e digitalização;

III - ampliar a transparência das ações governamentais por meio da divulgação de informações em formatos digitais;

IV - estimular a participação cidadã por meio de consultas e interações *online*, concedendo à sociedade acesso amplo à informação e aos dados abertos governamentais, contribuindo com a cultura de transparência pública;

V - garantir a segurança cibernética e a proteção dos dados pessoais dos cidadãos, promovendo, assim, a confiança nos sistemas digitais;

VI - promover a oferta de serviços públicos digitais de forma integrada;

VII - promover e estimular a elaboração de Plano de Contratação Anual de Tecnologia da Informação e Comunicação – PCA-TI, em harmonia com a Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e Decreto Estadual n.º 47.133, de 10 de março de 2023, conforme regulamento;

VIII - implementar mecanismos contínuos de avaliação e monitoramento da eficácia, eficiência e impacto das iniciativas de Governo Digital, assegurando a constante atualização e melhoria dos serviços digitais e a transparência na gestão das informações públicas;

IX - promover a melhoria, o aperfeiçoamento e a desburocratização dos processos de gestão pública, de forma a elevar a eficiência do Governo em prestar os serviços à sociedade, introduzindo soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas;

X - disponibilizar o acesso às informações e à prestação direta dos serviços públicos em plataforma única padronizada e centralizada, com requerimentos adequados de controle de acesso e cibersegurança, promovendo a qualidade e a confiança do cidadão em relação ao Governo; e

XI - promover o compartilhamento de recursos de tecnologia da informação e a integração de dados e informações entre os órgãos e entidades do Estado, de forma a assegurar a interoperabilidade, evitando assim a duplicidade de ações e o desperdício de recursos, gerando políticas públicas baseadas em dados, evidências e em serviços preditivos e personalizados.



Art. 4.º Para suportar e viabilizar a Política de Governo Digital, será instituído mecanismo de interoperabilidade com a finalidade de:

I – aprimorar a gestão de políticas públicas;

II – elevar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tendo-as devidamente qualificadas e consistentes;

III – promover a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo, reduzindo ou eliminando a emissão de documentos comprobatórios que não se façam necessários;

IV – administrar de forma adequada os riscos de cibersegurança;

V – realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no artigo 11 da Lei Federal n.º 13.444, de 11 de maio de 2017.

Parágrafo único. Aplicam-se aos dados pessoais tratados por meio de mecanismos de interoperabilidade as disposições da Lei Federal n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

Art. 5.º Compete ao Poder Executivo a implementação e coordenação da Política de Governo Digital, que será exercida, de forma superior, pela Secretaria de Estado de Administração e Gestão - SEAD, com o auxílio do Comitê de Governança e Transformação Digital - CGTD, a que se refere o artigo 6.º desta Lei.

Parágrafo único. Além das responsabilidades estabelecidas no *caput* deste artigo, a Secretaria de Estado de Administração e Gestão será responsável pela gestão, execução e coordenação dos projetos estratégicos de natureza transversal voltados à Transformação Digital do Estado, envolvendo ativamente outros órgãos e entidades estaduais no processo.

Art. 6.º Fica criado o Comitê de Governança e Transformação Digital - CGTD, instância técnica, consultiva e deliberativa, vinculado à Secretaria de Estado de Administração e Gestão – SEAD e presidido por seu titular, com a função de coordenar as ações e propor diretrizes para a sua execução, com as seguintes competências:

I - manifestar-se sobre as matérias relacionadas à governança pública digital, inovação, gestão de riscos, transparência, integridade, eficiência, efetividade e otimização digital;

II - avaliar a maturidade da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC e Governança Digital nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual;



III - avaliar e deliberar sobre o uso dos sistemas e serviços estruturantes de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito do Poder Executivo;

IV - definir prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo;

V - participar da definição de prioridades na formulação e execução de planos, projetos e investimentos em TIC para a Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo do Estado do Amazonas;

VI – assessorar, no que tange ao desenvolvimento de sistemas tecnológicos e digitais, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação em suas competências estabelecidas no art. 47 da Lei Delegada n.º 123, de 31 de outubro de 2019.

Art. 7.º Compete aos órgãos e às entidades integrantes da Administração Pública Estadual, autárquica e fundacional:

I - executar a política de governança pública, de maneira a incorporar os princípios e as diretrizes definidos nesta Lei e as recomendações oriundas de manuais, guias e resoluções do Comitê de Governança e Transformação Digital;

II - encaminhar ao Comitê de Governança e Transformação Digital as propostas relacionadas às competências previstas no artigo 6.º desta Lei, com a justificativa da proposição e da minuta da resolução pertinente, se for o caso.

Art. 8.º O Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC, criado pela Lei Estadual n.º 4.383, de 10 de outubro de 2016, tem suas atribuições transferidas para o Comitê de Governança e Transformação Digital, na forma de regulamento.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* deste artigo às hipóteses previstas na legislação que façam referência expressa ao Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação - CETIC.

Art. 9.º O Comitê de Governança e Transformação Digital será assessorado por subcomitês temáticos, criados por Resolução homologada pelo Secretário de Estado de Administração e Gestão e publicadas no Diário Oficial do Estado, constituídos com a finalidade de subsidiar as ações e pautas estratégicas da Política de Governo Digital.

Art. 10. O detalhamento da composição, atribuições, competências e funcionamento do Comitê e demais subcomitês de que trata esta Lei serão regulamentadas pelo Governador do Estado, mediante Decreto.

Art. 11. Para a implantação da Política de Governo Digital, o Estado poderá celebrar, na forma da lei, parcerias e convênios com institutos, universidades e instituições públicas ou privadas com



objetivo de fomentar o intercâmbio de conhecimento, massificar e concretizar esta iniciativa, quanto à aquisição dos equipamentos e capacitação de profissionais que serão responsáveis pela manutenção das ilhas digitais.

Art. 12. Ficam revogadas a Lei n.º 4.383, de 10 de outubro de 2016, e demais disposições em contrário.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Documento 2024.10000.00000.9.012834
Data 27/03/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.012834

Origem

Unidade: GERENCIA DE PROTOCOLO
Enviado por: TATILCIA CARDOSO DA SILVA
Data: 27/03/2024

Destino

Unidade: GABINETE PRESIDÊNCIA
:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENCAMINHO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIA

Documento 2024.10000.00000.9.012834
Data 27/03/2024



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

TRAMITAÇÃO
Documento Nº 2024.10000.00000.9.012834

Origem

Unidade: GABINETE PRESIDÊNCIA
Enviado por: GUSTAVO PICAÑO TAKETOMI
Data: 01/04/2024

Destino

Unidade: DIRETORIA DE APOIO LEGISLATIVO
:

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PROVIDENCIAS
Despacho: ENCAMINHO PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIA